

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITÉCNICA DO ESTUDANTE NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Kelly Medeiros de Oliveira Barbosa ¹
Maria do Socorro Ferreira dos Santos ²

RESUMO

O objetivo do presente artigo é fazer uma análise de como as ações de extensão desenvolvidas no Instituto Federal de Alagoas (IFAL) podem contribuir para a formação do cidadão autônomo e participativo, voltado ao conhecimento e às possibilidades de melhoria das demandas propostas pela sociedade. A chamada reestruturação produtiva que tem sua lógica derivada por um contexto social, político e econômico marcado pelas crises financeiras criou novas necessidades para o trabalhador e conseqüentemente para o aluno da educação profissional. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com aplicação de questionário semiestruturado e diário de campo, a fim de registrar as atividades da observação. Os resultados da pesquisa apontam para três grandes reflexões; a) como instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica o IFAL propõe a formação do profissional politécnico, crítico, conhecedor das dinâmicas do mundo produtivo, engajado com a sociedade e consciente de seu papel na transformação da realidade; b) fornecendo uma educação baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a instituição propicia o acesso do estudante aos princípios do trabalho, seus fundamentos científicos e à cultura e, por fim, possibilita sua relação com a comunidade de forma que este seja capaz de aprender a partir dos conhecimentos empíricos desta revitalizando o ensino e a pesquisa no instituto, entender suas necessidades e atuar em conjunto no sentido de amenizá-las.

Palavras-chave: Extensão, Educação Profissional e Tecnológica, Politecnia.

INTRODUÇÃO

Partindo do estudo dos princípios da educação politécnica, omnilateral e unitária para a superação do modelo dualista que conforma o trabalhador pretendemos nesse artigo fazer uma análise de como as ações de extensão desenvolvidas no Instituto Federal de Alagoas podem contribuir para a formação do cidadão autônomo e participativo, voltado ao conhecimento e às possibilidades de melhoria das demandas propostas pela sociedade.

Para tanto, inicia-se com uma análise histórica sobre a evolução do sistema capitalista a partir da indústria Fordista percorrendo seu processo de transposição para o modelo de Acumulação Flexível, tratando das modificações ocorridas no mundo do trabalho durante esse

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - IFAL. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas – IFAL. e-mail: kellymedeiros@gmail.com

² Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Professora Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT - IFAL. e-mail: socorrofsantos@yahoo.com.br

processo. Segue-se uma reflexão sobre o tipo de formação oferecida ao trabalhador e qual o modelo de educação capaz de emancipá-lo, torná-lo condutor de sua própria história e sujeito capaz de, em conjunto com a sociedade, transformar a realidade.

É traçado um panorama histórico do surgimento da extensão universitária no mundo e como essa é incorporada no Brasil, analisando sua trajetória até os dias hodiernos e como o contexto político a influencia. Por fim, é feita uma análise de como a extensão no âmbito do IFAL auxilia a desenvolvimento do aluno politécnico, possibilitando o contato desse com a sociedade desde o início de sua formação de modo que possa compreender os saberes empíricos utilizando-os para reorganizar os conhecimentos científicos adquiridos na instituição e conhecendo as demandas da comunidade atue num processo em conjunto com esta para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

A pesquisa com abordagem qualitativa, que se propõe a utilizar como instrumentos metodológicos: questionário semiestruturado e diário de campo, a fim de registrar as atividades da observação.

O ponto de partida foi a observação realizada pelos servidores da Pró-Reitoria de Extensão - Proex através do acompanhamento dos projetos de extensão por meio de visitas in loco e das apresentações orais dos bolsistas. Durante essas ações estabelecemos contato direto tanto com o público alvo quanto com os alunos bolsistas e voluntários do instituto, o que nos possibilitou conhecer a opinião dos participantes, a qual será considerada durante a análise dos problemas e proposição de soluções. A fase de observação, segundo Lüdke e André (1986), possibilita um contato direto do pesquisador com o fenômeno estudado observando-o sob a “perspectiva dos sujeitos”, os quais são um importante alvo nas abordagens qualitativas.

Na segunda fase, foi aplicado um questionário quali-quantitativo sobre as dificuldades encontradas na avaliação das ações, contando com a colaboração dos servidores da Pró-Reitoria de Extensão – Proex e dos coordenadores de extensão. A escolha desse grupo é baseada na representatividade qualitativa defendida por Thiollent (2003) para pesquisas cujo campo delimitado é muito grande. Servidores da Proex e coordenadores de extensão formam o que autor define como “amostras intencionais”:

Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Este princípio é sistematicamente aplicado no caso da pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada. (THIOLLENT, 2003, p.62)

O questionário contendo 5 perguntas semi-abertas a respeito da extensão foi aplicado a 13 dos 16 coordenadores de extensão dos *campi*. Os dados foram tabulados e analisados conforme sua relevância para a demonstração do papel da extensão na formação omnilateral do aluno do IFAL.

DESENVOLVIMENTO

1. AS CONCEPÇÕES DE TRABALHO NO SISTEMA CAPITALISTA

O trabalho em sua concepção ontológica constitui o homem como espécie, diferenciando-o dos outros animais. Através do trabalho o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades. Mézáros (2011) constata que com o advento do capitalismo o trabalho passa a ter um novo significado, sendo uma prática econômica e a produção ultrapassa os limites da necessidade humana, servindo à competitividade e à concorrência. Esse processo expansionista e incontrolável do sistema tem graves consequências, dentre elas, a precarização das relações trabalhistas e a degradação ambiental.

Partindo de estudo histórico do capitalismo focaremos em seu progresso desde o surgimento do Fordismo até o sistema de acumulação flexível ou Toyotismo, analisando como as diferentes formas de produção influenciam no modo de vida e nos modelos de educação.

Harvey (2008) relata que um grande marco para o crescimento do capitalismo é a implantação da indústria Fordista, o que ocorre quando o empresário Henry – Ford põe em prática a ideia desenvolvida por F. W. Taylor, segundo a qual a produtividade do trabalho poderia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em tarefas fragmentadas seguindo padrões rigorosos de tempo e estudo de movimento. O autor menciona que a inovação promovida por Ford foi perceber que o sistema de produção em massa desenvolvido por Taylor exigia a promoção do consumo em massa e esse é viabilizado pelo controle do trabalhador em todos os momentos de sua rotina, inclusive no lazer, para que este seja capaz de produzir e consumir sempre mais.

Gramsci, em sua obra *Americanismo e Fordismo*, escrita em 1934, expõe o desenvolvimento do Fordismo e do novo tipo de sociedade democrática e racionalizada que acompanha esse processo. A história do industrialismo é marcada pela luta contínua contra o elemento animalidade do homem, um processo doloroso e sangrento, de sujeição aos instintos naturais com vistas a adequar-se, por meio da coerção brutal, ao domínio de um grupo social sobre as forças produtivas da sociedade. Assim, desenvolveram-se ideologias puritanas para atender aos anseios da sociedade industrial.

Conforme Gramsci (2001) essa sociedade é baseada no controle do trabalhador em todos os seus aspectos formando um sujeito puritano, que longe dos vícios e mantendo seus impulsos sexuais sobre controle, tem seu salário disponível para o consumo das mercadorias produzidas pela indústria e seu corpo saudável e eficiente para o trabalho. O autor ainda constata que o puritanismo não se preocupa com a humanidade ou com a espiritualidade do trabalhador, mas com seu rendimento. Humanidade e espiritualidade do trabalhador estão diretamente ligadas à sua criação, sendo máxima no trabalho artesanal, quando a personalidade do trabalhador se refletia em seu trabalho, e é justamente contra isso que a indústria luta.

Segundo Harvey (2008), em 1929, no pós-guerra, muitos países aderiram ao Fordismo. Contudo, uma parte da população, conhecida como “minorias”, apesar de representar um grande número de pessoas, se via excluída dos benefícios desse sistema e esse fato gerou um desequilíbrio, que culminou com o surgimento do Keynesianismo aliado ao estado do bem-estar social, regime econômico que conseguiu conter, por um tempo, as desigualdades geradas pelo Fordismo.

No entanto, a expansão do sistema para países de terceiro mundo, onde o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado, gerou uma onda competitiva em ambientes novos e foi acompanhada pelo crescimento da produção industrial também na Europa Ocidental e no Japão, desafiando a hegemonia estadunidense e desvalorizando o dólar.

Para combater o acúmulo de mercadorias gerado pelas diversas crises surge um novo sistema de produção: a Acumulação Flexível, conhecido também como Toyotismo. Desenvolvido na fábrica da Toyota, esse sistema baseia-se na produção por demanda. Harvey (2008) descreve que a mudança se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Antunes e Alves (2004) discorrem sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho com o advento da acumulação flexível. O proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado da era Fordista diminui dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho como a terceirização, o trabalho temporário e informal. Aumento do setor de serviços, que inicialmente incorporou uma parcela significativa dos trabalhadores da indústria. No entanto, esse setor também é atingido pelas mutações tecnológicas e de gestão, causando demissão em massa. Observa-se também a exclusão de jovens do mercado formal os quais acabam engrossando o número de empregos informais e dos idosos, sendo que para o mercado do trabalho sujeitos com mais de 40 anos são idosos e encontram grandes dificuldades de se recolocar. Há um aumento do trabalho feminino,

caracterizado pela precarização e salários inferiores. Expansão do trabalho em domicílio, o qual reduz os gastos das empresas. E a transnacionalização do trabalho, nos tempos hodiernos movimentos trabalhistas em uma parte do mundo podem influenciar a produção de outros países devido ao sistema de importações de partes das mercadorias.

Os autores relatam algumas diferenças entre o Fordismo e o Toyotismo. Enquanto o Fordismo captura o trabalho físico e visa à organização de uma sociedade racionalizada o Toyotismo captura o trabalho intelectual e propõe a formação da fábrica racionalizada. Na acumulação flexível o capital visa a superar a subordinação formal que existia no Fordismo em subsunção, caracterizada pela concordância do trabalhador em submeter-se ao sistema. O mecanismo utilizado para alcançar esse fim é o comprometimento dos colaboradores, fazendo o trabalhador sentir-se parte da corporação, devolvendo a ele o “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1985 *apud* ANTUNES E ALVES, 2004). Todavia, nesse processo ocorre a absorção do trabalho em sua dimensão intelectual pelo capital, de modo que as ideias que surgem nas fábricas toyotistas são desenvolvidas e, após comprovação de sua eficácia, apropriadas pela empresa. Há nesse processo de subsunção do trabalho ao capital uma medição constante de forças, onde apesar do trabalho subordinar-se ao capital, ele é um elemento vivo gerando conflitos e oposições à relação e ao processo social capitalista.

1.1 A educação e o combate à subsunção do trabalho

A Constituição Federal/88, conhecida como constituição cidadã, determina em seu art. 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Conforme Marise Ramos (2007), a década de 80, período de redemocratização do Brasil, foi de grandes contribuições para educação. Nesse período houve a defesa pelo ensino médio integrado, educação politécnica, unitária e omnilateral. Para a autora, a educação unitária pretende a superação da dualidade da formação para o trabalho manual e para o trabalho intelectual. A educação dualística mantém a classe trabalhadora na exclusão, promovendo acesso aos filhos de operários apenas a conhecimentos para a prática de trabalhos manuais e repetitivos. “Uma educação unitária pressupõe que todos tenham acesso aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e riqueza social”. (RAMOS, 2007, p.3).

Demerval Saviani define o termo como:

Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes. (2007, p. 161)

Conforme Moura, L. Filho e Silva (2015) omnilateralidade para Marx compreende a educação intelectual, física e tecnológica. Através do conhecimento dos processos tecnológicos que fundamentam o trabalho produtivo a classe operária tem acesso a uma educação unitária.

Através da educação politécnica, unitária e omnilateral possibilitamos aos sujeitos o acesso aos conhecimentos da produção moderna, à cultura e ao trabalho em seu sentido ontológico e também como prática econômica que promove a subsistência. Segundo Saviani (2007), o trabalho em seu sentido ontológico separa o homem das outras espécies, o ser humano se constitui por sua capacidade de intervir na natureza, transformando-a conforme suas necessidades. É nesse sentido de trabalho que deve pautar-se a educação, entendendo os sujeitos como seres capazes de transformar suas realidades na perspectiva da interação social e emancipação humana e não de adaptar-se a elas.

Ramos (2007, p.4) demonstra bem o papel da ciência nesse modelo de educação conceituando-a como: “[...] conhecimentos produzidos pela humanidade em processos mediados pelo trabalho, pela ação humana, que se tornam legitimados socialmente como conhecimentos válidos porque explicam a realidade e possibilita a intervenção sobre ela.”

Fundamentando-se nessas concepções é possível formar profissionalmente sujeitos críticos, esclarecidos quanto às dinâmicas produtivas modernas, capazes de construir sua história e atuar na transformação da sociedade.

2. HISTÓRIA DA EXTENSÃO E AS INFLUÊNCIAS DE ORDEM POLÍTICA

A extensão é “o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (GARRAFA, 1989, p.109).

Conforme Nogueira (2005), a extensão universitária surge na Inglaterra, em meados do século XIX com a proposta de oferecer cursos a qualquer adulto não estudante da universidade. Anos depois, são encontrados registros de extensão nas universidades americanas, sendo caracterizada pela prestação de serviço, nas áreas rural ou urbana. Como

pode ser observado, a extensão é identificada como a exportação do conhecimento do meio acadêmico para a comunidade externa.

Nogueira (2005) continua a análise sobre a extensão universitária examinando sua origem no Brasil, que ocorreu na antiga Universidade de São Paulo, criada em 1911, a qual ministrava cursos gratuitos sobre temas diversos para a população em geral. Anos mais tarde, a antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG (atualmente Universidade Federal de Viçosa), criada em 1926, inicia a prestação de serviços na área rural.

A autora relata ainda que o primeiro documento legal que versa sobre extensão é o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 sendo denominado de Estatuto das Universidades Brasileiras. Na exposição de motivos desse documento, o então Ministro da Educação Francisco Campos diz:

A extensão universitária se destina a dilatar os benefícios da atmosfera universitária àqueles que não se encontram diretamente associados à vida da Universidade, dando, assim, mais amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias, que concorrerão, de modo eficaz, para elevar o nível da cultura geral do povo. (BRASIL, 1931)

Art. 42. A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

§ 1º Os cursos e conferências, de que trata este artigo, destinam-se principalmente à difusão de conhecimento úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de ideias e princípios que salvaguardem os altos interesses nacionais. (BRASIL, 1931)

Para Nogueira o trecho citado deixa clara a intenção de Campos em utilizar a extensão para propagar os valores de uma classe hegemônica que defendia a ordem política que se instaurava no país. Nos anos seguintes a extensão vem sendo definida como uma atividade dependente da pesquisa e do ensino, limitando-se à divulgação da pesquisa produzida pelas universidades e ao reforço do ensino elitista ministrado a uma camada privilegiada da população.

Em 1961 é promulgada a lei 4.024, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta trata de extensão mantendo as mesmas características anteriores em seu Artigo 69 orienta que os seguintes cursos podem ser ministrados nos estabelecimentos de ensino superior: “de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (BRASIL,1961).”

Contudo, Nogueira (2005) relata que no período de 1960 a 1964, os estudantes universitários realizaram diversas atividades de extensão. A UNE - União Nacional dos Estudantes concebia a extensão como uma troca de experiências entre estudantes de áreas

profissionais afins através do atendimento a comunidades carentes e propiciando ao estudante a reflexão sobre essas ações. Apesar da efervescência dos movimentos dos movimentos estudantis, com o golpe militar de 1964 as legislações sobre extensão mantêm os mesmos conceitos. A Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 continua com a mesma definição em seu Art. 40, quando afirma que as Instituições de Ensino Superior, “por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento”. (BRASIL, 1968).

Apenas na década de 80 as concepções de extensão começam a tomar a forma que apresentam atualmente. Sousa (2000) relata que com a redemocratização do país e a participação de movimentos sociais, os trabalhadores em educação que atuam nas universidades passam a problematizar a extensão e estabelecer de forma orgânica a relação entre a universidade e a sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em dezembro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892/08, a qual criou os Institutos Federais e estabeleceu, entre os seus objetivos, desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica. As ações nessa área devem articular-se com os princípios e finalidades do mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Em seu inciso V indica “[...] estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008).

Silva e Ackermann (2014) relatam que o Fórum de Pró-Reitores de Extensão dessas instituições vem discutindo as particularidades dessa atividade nos Institutos Federais e organizou um documento denominado “Extensão Tecnológica” (CONIF, 2013). Esse documento define a extensão profissional, científica e tecnológica:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove as interações entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF, 2013, p. 16).

O documento do CONIF (2013, p.17) lista as diretrizes orientadoras das ações de extensão nos Institutos, explicitando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a relação de reciprocidade entre os institutos e a sociedade, premissas de extrema importância

para a formação do aluno omnilateral e politécnico. Segundo o documento é importante considerar que essa reciprocidade deve “contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça a troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e vitalização da pesquisa e do ensino”.

O Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Alagoas (IFAL) propõe o desenvolvimento do sujeito omnilateral, completo, com formação voltada para o trabalho, autônomo e consciente de seu papel na construção de uma sociedade mais humana e justa. O primeiro edital de projetos de extensão foi lançado em 2011, naquele momento, apenas servidores do instituto poderiam propor projetos de extensão. No ano seguinte é lançado também o edital de projetos na modalidade estudante, possibilitando que os discentes da instituição sejam proponentes de projetos de extensão desde que tenham um servidor como orientador. Essa nova modalidade fortalece o protagonismo estudantil e estimula a participação dos estudantes na extensão.

Visando orientar os profissionais e estudantes do Instituto envolvidos em ações de extensão o IFAL desenvolveu sua própria resolução em conformidade com o documento do CONIF. A Resolução 10/CS, de 30 de março de 2011 determina a porcentagem máxima de vagas destinadas público interno envolvido nas ações de extensão, o que garante a participação da comunidade externa nos projetos e cursos de extensão e exclui a possibilidade de oferta de ações que não sejam de interesse da comunidade, em seu Ar. 20 orienta: “ Os Projetos e Cursos terão como público-alvo a comunidade externa, admitindo-se, em caso de interesse institucional, a participação de público pertencente aos quadros do IFAL na ordem máxima de 20% do número de vagas previstas”. (RESOLUÇÃO 10/CS, 2011, p. 5).

Desde 2011 as ações de extensão aumentam em número, pessoas beneficiadas e número de municípios atendidos, expandindo as ações do instituto muito além dos 16 campi que possui. Em 2018 foram cadastrados 92 programas, 232 projetos e 53 cursos, beneficiando 43.576 pessoas e atingindo 77 municípios.

Dessa forma, respeitando a visão integradora entre o instituto e a sociedade, o IFAL vem desenvolvendo atividades de extensão que propiciam a conscientização dos estudantes a respeito da realidade ao seu entorno, refletindo sobre sua participação no processo de transformação dessa realidade.

A partir do que foi exposto até o momento e da importância da extensão na formação omnilateral do aluno do IFAL, analisaremos em especial as respostas do questionário semiestruturado aplicado numa das reuniões entre coordenadores e a Proex realizada no primeiro semestre de 2019. Do total de 16 coordenadores de extensão dos *campi* participaram

desse momento da pesquisa 13 deles. Os dados foram tabulados e analisados conforme sua relevância para a discussão

Questionados sobre quais os itens das propostas que exigem maior atenção dos avaliadores no processo de análise para que a execução e os recursos aplicados sejam os mais eficientes possíveis os participantes da pesquisa responderam:

Alternativas	Nº de respostas
Natureza extensionista da ação.	9
Impacto social	8
Demanda social	6
Clareza da proposta	6
Cronograma de execução	6
Plano de trabalho dos estudantes	5
Adequação da metodologia	4
Orçamento.	4
Integração e articulação com o ensino do IFAL	3
Representatividade do público	1
Outros.	1

Fonte: Dados da pesquisa 2018

Como pode ser observado através a análise da tabela acima 69,23% consideram que a Natureza extensionista da ação é um fator que exige grande atenção na análise da proposta 61,53% julgam o impacto social da ação como elemento importante a ser analisado durante a seleção da proposta. Os resultados demonstram a preocupação do Instituto em viabilizar o contato dos discentes com a comunidade e em garantir que desse decorra um impacto social, ou seja, uma mudança positiva na vida da comunidade.

Segundo Gomes e Santos (2016) o tripé formativo, ensino-pesquisa-extensão colabora com a formação de estudantes e fortalece a missão do instituto definida em seu Plano de Desenvolvimento Institucional cuja missão é “Promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável” (PDI 2014 – 2018, p.40). Essa percepção pode ser observada mediante os seguintes relatos dos participantes da pesquisa:

A ação deve mostrar interação com a comunidade externa favorecendo seu desenvolvimento bem como dos participantes internos.(Servidor 1)

O objetivo da ação é atender a uma demanda social, proporcionando desenvolvimento e melhora na condição de vida das pessoas. (Servidor 2)

Uma avaliação que considere de fato o que a comunidade necessita, não apenas a partir do mundo empresarial, mas realmente com um caráter social. (Servidor 3)

Podemos observar ainda que as diretrizes orientadoras das ações de extensão apresentadas no CONIF (2013) estão representadas nos comentários dos participantes em todos os momentos, pois concebem claramente a importância de se buscar a indissociabilidade entre a extensão, o ensino e a pesquisa, acreditando que essa troca de saberes promovam condições para que a formação do aluno seja omnilateral e politécnica, ou seja, “integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular”. (CONIF, 2013, p.17)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações extensionistas são a ponte entre o IFAL e a sociedade, pois proporcionam acesso da comunidade aos conhecimentos desenvolvidos no instituto e aos estudantes a possibilidade de vivenciar a realidade social e entender o seu papel como cidadão crítico e participativo, utilizando o conhecimento de que se apropria para intervir na solução dos problemas dessa comunidade, bem como descobrir conhecimentos populares e entender o fundamento científico dos mesmos.

Através da relação com a comunidade é possível entender as necessidades das minorias e formar profissionais capazes para atuar em conjunto com a sociedade na resistência ao processo de dominação do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educação & Sociedade, v. 25 n. 87, p. 335 - 351, mai./ago. 2004.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 08 nov. 2018.

_____. **Lei 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Lei 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 22 set. 2018.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931** – publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931** – exposição de motivos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CONIF. Conselho Nacional de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica. **Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá: CONIF/IFMT, 2013.

GARRAFA, V. **Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades, 1987/1988**. Brasília: Ed. UNB, 1989.

GOMES, M. de F. F. A.; SANTOS, M. do S. F. dos. **Extensão no Ifal: avanços e desafios no campus de Marechal Deodoro**. Extensão: conexão e diálogo. João Pessoa: IFPB, 2016.

GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. In: GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. Edição. São Paulo: Loyola, 2008.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2014-2018)**. Disponível em: <<https://www2.ifal.edu.br/ifal/reitoria/pdi/documentos-pdi-2019-2023/icones-do-site/pdi-2014-2018/view>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

_____. **Resolução 10/CS, de 30 de março de 2011**. Disponível em: <<http://www.extensao.ifal.edu.br/documentos/legislacao-e-normas/resolucoes/resolucao-cs-10-2011-regulamenta-as-atividades-de-extensao-no-ifal/view>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1ª edição revista. São Paulo, Boitempo, 2011.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. **Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 20 n. 63, p. 1057 - 1080, out./dez. 2015.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

RAMOS, M. **Concepção do ensino médio integrado**. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf> Acesso em: 26 dez. 2018.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12 n. 34, p. 152 - 180, jan./abr. 2007.

SILVA, M. G. da, ACKERMANN, S. R. **Da extensão universitária à extensão tecnológica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e sua relação com a sociedade**. Extensão Tecnológica: Revista de Extensão do Instituto Federal Catarinense. Ano 1, n. 2, p. 9 – 18, dez. 2014.

SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas, Alínea, 2000.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.